



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 15 de março de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO CAPA	2
JORNAL DO COMMERCIO Vantagens de uma empresa individual	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Vendas na ZFM são isentas de PIS e Cofins	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Medidas no câmbio favorecem ZFM	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Suframa	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO IBGE	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Seminário	9
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO Liderança	10
EMPRESAS	
JORNAL DO COMMERCIO Pedro Côrtes	11
JORNAL DO COMMERCIO Pedro Côrtes	12
AMAZONAS EM TEMPO Indústria do PIM demite e freia linha de produção	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO STJ	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO INDÚSTRIA	15
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Jander Vieira	16
PLATÉIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Vendas internas estão livres de PIS e Cofins na Zona Franca	17
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS CONJUNTURA	18
ECONOMIA	

CAPA

Elevação do dólar beneficia indústria de componentes

A expectativa de representantes da indústria local de componentes é que as medidas do governo federal como cobrança de 6% de IOF e cortes na Selic -taxa básica de juros- consigam elevar o valor da moeda americana. Com isso, o setor no Amazonas pode começar a sentir os benefícios de uma cotação mais equilibrada.

Página A5

CAPA

*** **

POSSE

O superintendente da Suframa Thomaz Nogueira assinou na manhã de ontem, a portaria que dá posse a José Adilson Vieira de Jesus como superintendente adjunto de operações da autarquia. A solenidade contou com a presença de representantes de diversas entidades de classe e órgãos governamentais.

Vantagens de uma empresa individual

Reginaldo Gonçalves

A EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) foi aprovada através da Lei 12.441/11, e passou a vigorar em todo o território nacional em janeiro deste ano. Antes desta Lei, a anterior, abrangida pelo Código Civil através da Lei 10.406/02, englobava apenas as empresas individuais de responsabilidade ilimitada, já que não havia previsão legal de limitação

de responsabilidade a não ser para sociedades.

Infelizmente, não serão todas as empresas individuais que poderão optar por essa alternativa, que limita a invasão aos bens particulares da organização, já que pertence a um único proprietário, sendo ainda questionável a questão da Justiça do Trabalho que, mesmo na Responsabilidade Limitada, muitas vezes

busca bem particulares, fato a ser discutido. Uma das barreiras é que o capital mínimo tem que ser de cem salários mínimos, ou seja, atualmente a constituição ou na migração o capital mínimo será de R\$ 62,2 mil.

Os micros e pequenos empresários, que representam uma fatia significativa do país, continuarão a obedecer à antiga legislação, ou seja, correm o risco de ser responsabilizado por quebras ou problemas trabalhistas e ter disponibilizado seu patrimônio particular para liquidação de suas dívidas.

Os maiores beneficiários serão os empresários que puderem disponibilizar esse capital que a empresa, embora correndo os riscos inerentes ao comércio, terá sua responsabilidade limitada ao capital social e na gestão normal do negócio. O empresário terá mais tranquilidade para constituir seus negócios e correr seus riscos e, na iminência de perda, somente os bens da empresa constituída sobre EIRELI, que arcará com as indenizações até o limite dos recursos disponíveis.

Acredita-se que apenas um

grupo de empresários se beneficiarão, inclusive aqueles que hoje possuem sociedades e que são optantes pelo Simples Nacional, que poderão dissolver a sociedade e cada um dos sócios constituir seu negócio de forma desmembrada. Somente para benefício fiscal. Se uma sociedade limitada tem três sócios e estiver para

estourar o limite de R\$ 3,6 milhões de faturamento, pode-se constituir empresas individuais como forma de planejamento tributário e aumentar o limite para até R\$ 10,8 milhões. Com isso, poderão manter os benefícios fiscais e continuar com o mesma garantia da responsabilidade na Sociedade Limitada.

REGINALDO GONÇALVES é coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Santa Marcelina.

Vendas na ZFM são isentas de PIS e Cofins

Superior Tribunal de Justiça decidiu equipar os embarques realizados no PIM às exportações, com vantagens tributárias para as empresas locais

As vendas internas feitas pelas empresas instaladas na Zona Franca de Manaus estão isentas de pagar o PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). O benefício foi concedido pela 2ª turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que equiparou os embarques feitos pelas companhias às exportações, em processo movido pela Fazenda Nacional contra a Samsung do Brasil Ltda.

A decisão da Corte foi unânime. Os ministros julgaram um recurso da Fazenda Nacional que queria cobrar os tributos da Samsung, localizada na Zona Franca. Ao analisar o caso, o ministro relator do processo, Castro Meira, "entendeu que a interpretação do Artigo 4º do Decreto-Lei nº 288, de 1967, não deve ser restritiva, como pretende a União (por meio da Fazenda Nacional). O dispositivo equipara a tributação das entradas de produtos na Zona Franca à das exportações".

A Fazenda entendia que o artigo se referia apenas a exportações de outros Estados para a Zona Franca. Nesse caso, argumentava que, na comercialização de produtos da Samsung,



Segundo o STJ, a interpretação dada pela Fazenda não é compatível com o objetivo do decreto-lei que regulamentou a ZFM

a outra empresa localizada na região deveria ser classificada como circulação interna de mercadorias, e não exportação.

Segundo a decisão do ministro, a interpretação dada pela Fazenda não é compatível com o objetivo do decreto-lei que regulamentou a Zona Franca de Manaus. "Se era pretensão do

governo atrair o maior número de indústrias para a região e, conseqüentemente, criar postos de trabalho, gerar renda, atrair mão de obra, garantir a ocupação e o desenvolvimento econômico da área, reduzindo a dependência dos produtos importados, não é razoável concluir que o dispositivo tenha almejado be-

neficiar, tão somente, empresas situadas fora da ZFM", afirmou em nota.

Ele ainda destacou que o caso não seria idêntico aos precedentes julgados pelo STJ, visto que a venda ocorreu dentro da "mesma área de isenção". Com isso, é "perfeitamente cabível" manter os incentivos fiscais.

Medidas no câmbio favorecem ZFM

Setor de componentes é beneficiado com arranjo do governo para manter dólar num patamar mais elevado

Juliana Geraldo

Após enfrentar em 2011, um ano inteiro de quedas na produção e fechamento de fábricas, a indústria de componentes do Amazonas pode começar a sentir os benefícios de uma cotação mais equilibrada do dólar nos próximos meses. A expectativa é de representantes da indústria local, se medidas do governo federal como cobrança de 6% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e cortes na Selic - taxa básica de juros - consigam elevar o valor da moeda americana.

Na avaliação do empresário e presidente da Simplast (Sindicato da Indústria do Material Plástico do Amazonas), Carlos Monteiro, caso o valor do dólar - com cotação atual em R\$ 1,807 - se mantenha elevado com a execução das medidas, pode gerar nos fabricantes de bens finais o efeito positivo de importar menos e comprar mais do próprio parque industrial amazense. "A indústria de plástico, por exemplo, importa muita matéria-prima e insumos de fora. Se o dólar sobe vamos começar a repensar sobre os pedidos, e a tendência é que a opção passe a ser por um maior aproveitamento do que é produzido aqui", projetou.

O analista econômico da Fieam (Federação da Indústria do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas, ressalta que atualmente o preço de alguns produtos importados é tão irrisório que não dá ao país e ao Amazonas nenhuma chance de competitividade. "Por isso há tempos a indústria pleiteava medidas como essa", afirmou.

Segundo Carlos Monteiro, a contenção da queda do dólar resolve dois problemas. Incentiva a indústria de componentes tanto no Amazonas quanto em outras regiões, e impulsiona as exportações, prejudicadas pela supervalorização do real.

Só para se ter uma ideia, de acordo com o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), em 2011, o Amazonas registrou o segundo pior desempenho na balança comercial entre os Estados brasileiros. O déficit acumulado de US\$ 11,81 bilhões só ficou atrás do resultado de São Paulo (-US\$ 22,25 bilhões). Em 2010, o saldo havia sido negativo em US\$ 9,93

Preço de alguns produtos importados mostra competição predatória com os similares fabricados no Brasil

bilhões.

Além disso, ainda segundo o levantamento foi o Estado brasileiro com a maior queda nas exportações (-18,33%) que somaram US\$ 914,07 milhões no ano passado contra US\$ 1,119 bilhão referente ao mesmo intervalo de 2010.

"As medidas do governo são no sentido de equilibrar a balança comercial uma vez que temos comprado muito mais do que vendido", constatou o dirigente.

Apesar de o próprio presidente da Aficam (Associação dos Fabricantes de Bens de Informática e Componentes da Amazônia), Cristóvão Marques, não concordar que só as mudanças na cobrança do IOF influenciem o resultado no PIM, o presidente do Corecon-AM, (Conselho Re-

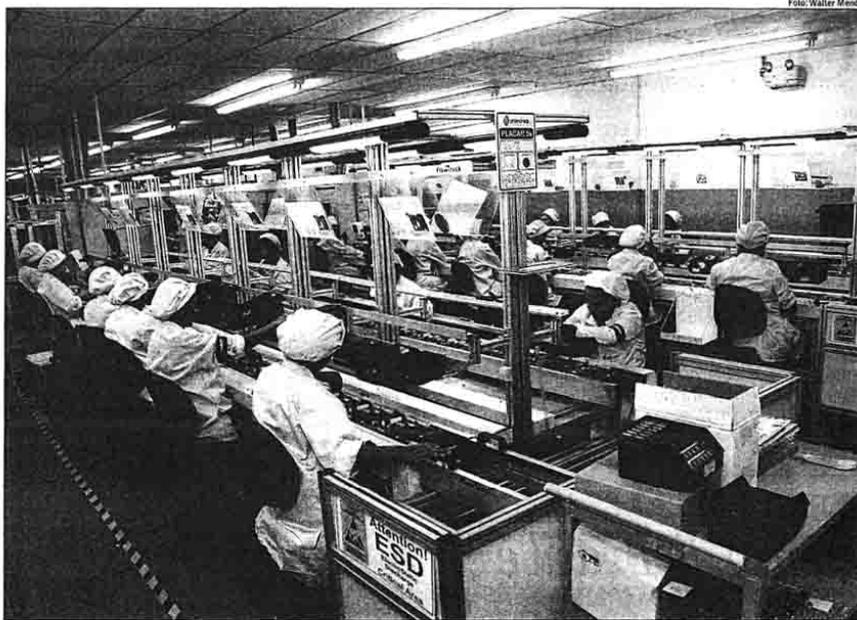


Foto: Walter Mendes

Fabricantes de bens finais devem importar menos e comprar mais do próprio parque industrial amazense caso o dólar se mantenha elevado

Por dentro

MUDANÇAS

No último dia 7, o Copom (Conselho de Política Monetária) do Banco Central cortou pela quinta vez consecutiva a Selic. A redução deixou a taxa em 9,75% ao ano.

Cinco dias depois, o governo publicou decreto no DOU (Diário Oficial da União) elevando de três para cinco anos a cobrança de 6% do IOF nas operações de câmbio a partir dessa data, para ingresso de recursos no país (empréstimos externos).

O dólar comercial fechou ontem em alta de R\$ 1,807 para venda.

gional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende, explica que as operações de compra de produtos e insumos pelas fábricas do PIM são interpretadas pelo Banco Central como financiamento vindo do exterior, operação também atingida pelo imposto.

E mesmo que não fosse de forma direta, só o controle de entrada de dólar no país exercido pela medida junto com a redução da Selic para estimular o consumo e a produção industrial já interfere na consequente elevação do preço da moeda

americana", continuou.

O presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Mariano Félix, sugeriu ainda que, além das novas regras do governo federal, mais barreiras para a importação deveriam ser criadas. "Barreiras de importação de todos os tipos deveriam ser criadas, não só no campo econômico como no sanitário por exemplo, como já acontece em outros países como na Argentina", defendeu.

Follow-Up



Abece critica Fiesp

A Abece (Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior), entidade que representa as 25 maiores empresas importadoras e exportadoras brasileiras, criticou estudo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que culpa o aumento das importações, na última década, pela perda de 915 mil empregos. O estudo diz que com os incentivos fiscais de outros Estados, a indústria paulista deixou de movimentar R\$ 80 bilhões em 2011, em decorrência da importação de bens manufaturados. "É uma visão equivocada. A importação continua concentrada em São Paulo, mesmo com os incentivos fiscais concedidos por outros Estados", argumenta Ivan Ramalho, presidente da Abece e ex-secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) nos governos FHC e Lula.

Dados do MDIC citados por um estudo da Abece mostram que as importações de São Paulo em 2011 chegaram a US\$ 82 bilhões, ou 36% do total importado pelo Brasil. O estudo destaca ainda que naquele estado, nesse ano, a importação de insumos industriais cresceu 41%, enquanto a de bens de

consumo aumentou 12%. "A indústria paulista lidera movimento contra a importação em dez Estados, mas ela é a grande importadora. A importação não substitui a produção local, mas sim a complementa", diz Ramalho. Em 2011, a importação de bens de consumo (roupas, calçados, alimentos, carros etc.) correspondeu a 17,72% do total das compras externas, percentual que se manteve praticamente igual ao de 2010 (17,29%). Já as importações de bens de capital (máquinas e equipamentos) e insumos (matérias-primas) chegaram a 66,3% do total.

Ramalho ressalta que "Se o país estivesse importando 50% de bens de consumo seria preocupante. Mas estamos distantes disso". A associação que ele preside defende que as importações são necessárias para modernizar o setor industrial e para elevar sua competitividade. Elas possibilitam a compra de bens de capital de alta tecnologia e a aquisição de insumos (matérias-primas, componentes, partes e peças) a preços menores.

A Abece informa que em 2011 não houve retração no emprego que pudesse ser atribuída a au-

mentos de importações. A decisão de importar resulta do valor do dólar e não de incentivos dados por Estados, diz o estudo da consultoria Rosenberg Associados encomendado pela Abece. "A importação está relacionada ao câmbio. O dólar no Brasil está muito baixo e torna a importação muito atrativa", afirma.

Crescimento econômico da China tem muita importância para nós, brasileiros

A discussão que deve ser feita, segundo avalia o estudo, é colocar em prática o que foi previsto na política industrial proposta pelo governo: realizar financiamentos com juros menores, reduzir a carga tributária, melhorar a logística etc. Em suma, adotar medidas que reduzam o 'custo Brasil'. A consultoria Rosenberg também mostrou que os incentivos

fiscais de oito Estados – PR, SC, GO, MS, PE, AL, SE e TO – projetaram efeitos positivos sobre a geração de emprego, produção e renda.

Crescimento menor

A taxa de crescimento econômico da China, o principal parceiro comercial do Brasil, tem muita importância para nós. Menor crescimento do PIB chinês significará menor potencial de expansão da economia brasileira. Mas isso não quer dizer que o anúncio do governo da China de que buscará taxas de crescimento mais modestas só irá trazer consequências negativas. A importância da decisão chinesa é sinalizar que taxas de crescimento do PIB maiores que 10%, impulsionadas por investimentos que levem a bolhas, devem ceder lugar a um modelo de expansão mais sustentável. Se o governo da China for bem-sucedido, serão reduzidos os riscos de que a bolha de investimentos chinesa estoure, levando a uma

desaceleração brusca de sua economia. Este é o lado positivo do anúncio para o Brasil, cuja dependência da economia chinesa cresceu muito nos últimos anos. O ponto negativo é que boa parte do crescimento brasileiro recente resultou da voracidade da demanda chinesa pelas commodities que exportamos. A queda da demanda chinesa poderá afetar nossa economia, em um momento em que a Europa ainda permanece em crise. Nesse cenário, ficará mais difícil alcançar a meta do governo brasileiro de alcançar um crescimento do PIB a mais de 4% ao ano.

De nossa parte, a ZFM deve preparar-se para os dias menos auspiciosos que o PIM poderá enfrentar. É um momento propício para o governo elevar sua eficiência e reduzir os entraves burocráticos que encarecem e complicam a atividade empresarial – o motor do crescimento econômico de qualquer sociedade.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bornfim. cieam@cieam.com.br e rbornfim@hotmail.com

Suframa

Novo superintendente de operações toma posse

O superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, assinou na manhã de ontem em cerimônia no auditório da autarquia, a portaria que dá posse a José Adilson Vieira de Jesus como superintendente adjunto de operações da Suframa. A solenidade contou com a presença de representantes de diversas entidades de classe e órgãos governamentais.

“Temos muitos desafios externos para a Zona Franca. O importante é enfrentá-los buscando agilizar ao máximo as operações de movimentação de mercadorias na Zona Franca de Manaus, para que não sejam um entrave para o desenvolvimento comercial e industrial na região”, disse Nogueira ao novo superintendente durante a cerimônia.

José Adilson, que deixou a secretaria executiva de Trabalho do governo do Amazonas para assumir a nova função, substituiu Mauro Guimarães Ferreira, completando, assim, o novo “time” de superintendentes adjuntos da atual gestão, do

José Adilson deixou a secretaria executiva de Trabalho do governo do Amazonas para assumir a nova função

qual já fazem parte Francisco Arnóbio (Administração), Gustavo Igrejas (Projetos) e José Nagib (Planejamento). “Todas as pessoas de bom senso e bom grado gostariam de trabalhar na Suframa, que é exemplo de empresa pública, referência, e motivo de orgulho para todos nós”, resumiu Adilson.

IBGE

Emprego recua no setor em janeiro

O emprego industrial registrou variação negativa de 0,3% ante alta de 0,1% em dezembro, segundo dados sazonais da Pimes (Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário), divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2011, o emprego industrial cresceu apenas 1%, abaixo da alta de 3,4% registrada em 2010. Nos últimos 12 meses, o indicador acumula alta de 0,8% e segue com a trajetória descendente iniciada em fevereiro de 2011 (3,9%).

Na comparação de janeiro com o mesmo mês de 2011, o emprego industrial apontou queda de 0,5%. O contingente de trabalhadores caiu em oito das 14 áreas investigadas. O principal impacto negativo ocorreu em São Paulo (-3%), pressionado pelas taxas negativas em 13 dos 18 setores investigados, especialmente nas indústrias de produtos de metal (-9,4%). O Ceará e Santa Catarina também tiveram baixas expressivas, de 2,8% e 1,5%, respectivamente.

Remuneração

O número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, já

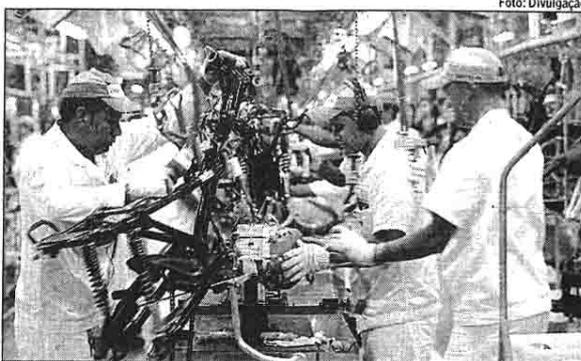


Foto: Divulgação

Na comparação de janeiro com o mesmo mês de 2011, o emprego caiu 0,5%

descontadas as influências sazonais, voltou a apresentar resultado negativo (-0,2%), ante dezembro. Entre setembro e novembro, no entanto, a remuneração do setor registra perda de 2%. Esta é a quinta redução mensal.

Nos últimos 12 meses, a taxa ainda registra variação positiva de 0,2%.

Em janeiro, o número de horas pagas recuou 1,5% em relação a igual mês do ano anterior, com taxas negativas em nove dos 14 locais e em 11 dos 18 setores pesquisados. Em termos setoriais, as principais influên-

cias negativas vieram de vestuário (-6,7%), calçados e couro (-9,1%), produtos de metal (-5,9%), madeira (-10,7%) e têxtil (-5,4%). Alimentos e bebidas (3,1%) exerceu a contribuição positiva mais relevante sobre o total da indústria.

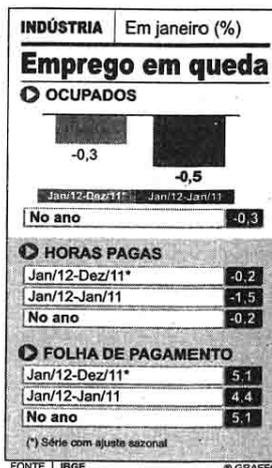
Folha de pagamento

O valor da folha de pagamento real (descontada a inflação) da indústria cresceu 5,1% em janeiro, ante dezembro, quando registrou um recuo de 1,8%. Vale destacar que esse resultado foi sustentado pelo avanço da indústria de transformação (6,6%), já que a indústria ex-

trativa apontou queda de 15,3%, devolvendo a expansão de 15,6% acumulada em dezembro e novembro últimos.

Na comparação com janeiro de 2011, o valor da folha de pagamento real cresceu 4,4% -25º resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação, com ritmo superior ao observado no último trimestre de 2011 (2,4%).

Já nos últimos 12 meses, o índice acumula alta de 4,1%, mas em trajetória descendente iniciada em maio de 2011 (7,3%).



Seminário

Pesquisador da Fucapi ministra palestra em BH

O evento é um dos mais concorridos na área de engenharia das telecomunicações e aponta os rumos da TV digital no Brasil

As principais novidades em termos de interatividade, mobilidade e portabilidade estarão em discussão em mais um seminário SET de Engenharia de Televisão. O evento está sendo realizado pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), ontem e hoje, em Belo Horizonte (MG). O engenheiro Ademir Lourenço, da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), é um dos palestrantes.

Pesquisador da Fucapi com vasta experiência na área de TV digital, Ademir Lourenço é coordenador da Rede Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação. Desde 2007, a Fucapi participa das discussões sobre o Sistema Brasileiro de TV Digital. Ademir Lourenço chefiou algumas das delegações brasileiras em reuniões na União Internacional de Telecomunicações (UIT).

A palestra do engenheiro da Fucapi, marcada para hoje, tem foco nas novas tecnologias. "Vamos mostrar as tecnologias existentes e o que virá em um futuro próximo em termos de telas para receptores de sinais de



Foto: Divulgação

O pesquisador e especialista em TV digital Ademir Lourenço (em pé à esquerda) e a equipe da Fucapi

TV", explica Lourenço, que em sua explanação, mostra, também, o contraste, as vantagens e desvantagens comparativas entre o LCD e o plasma, além das novidades, com as telas sensíveis ao toque (touch screen), telas resistivas, telas capacitivas e finalizando com a tecnologia das telas 3D.

Abrangência Nacional

A SET é uma associação técnico-científica de profissionais e empresas, sem fins lucrativos, que tem por finalidade constituir-se em órgão de difusão, expansão, estudo e aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos, operacionais e científicos; atuando nas áreas de engenharia e afins nos campos de

televisão, telecomunicações, rádio, internet e novas mídias.

Todos os anos, a entidade realiza seminários regionais de tecnologia de broadcasting, denominados SET Norte, SET Nordeste, SET Centro Oeste, SET Sudeste, SET SUL. O SET SUL será realizado nos dias 29 e 30 de maio, em Porto Alegre.

Liderança

Empresa com unidade em Manaus é líder no mercado de computadores

A Positivo Informática, maior fabricante de computadores do Brasil e líder no segmento de tecnologia educacional, anuncia hoje seus resultados do 4T11 e do ano de 2011. As informações financeiras e operacionais são apresentadas em IFRS e em reais (R\$), e os dados de market share são da IDC. A companhia completou o sétimo ano consecutivo de li-

derança no mercado brasileiro de PCs em 2011, com ganhos de market share representativos no fim do ano. No 4T11, a companhia registrou participação de 15,6% no mercado total, com aumentos de 0,5 p.p. e 2,9 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2010 (4T10) e ao 3T11, respectivamente. A empresa lidera tanto em desktops quanto em notebooks, com participações

de 13,9% e 16,8%, na mesma ordem. A Positivo Informática é a maior fabricante brasileira de computadores, com produção de mais de 10 milhões de PCs em seus 22 anos de história. Emprega mais de 4,3 mil colaboradores em suas três fábricas, localizadas em Curitiba (PR), Manaus (AM) e Ilhéus (BA), com faturamento de R\$ 2,333 bilhões em 2011.

Pedro Côrtes

Mérito

A Fucapi está entre as grandes homenageadas da terceira edição 'Medalha Grandes Amazôni-das', entregue pela Associação PanAmazônia, no próximo dia 23. A premiação também destaca o senador João Pedro, Gaitano Antonaccio, presidente da ACA; Wilson Périco, presidente do Cieam; Valdemir Santana, presidente da CUT e Maria Ercília Tribuzzi, reitora da Uninorte. A empresa HRT também será agraciada na categoria 'Empresa Amiga da Amazônia' e os organizadores também prepararam homenagem póstuma ao artista plástico Anísio Mello.

Pedro Côrtes

O bacalhau da Amazônia para o mundo

O governo do Amazonas e o Ministério de Relações Exteriores lançam o bacalhau da Amazônia para as embaixadas estrangeiras com sede em Brasília, no dia 24 de abril, no Palácio do Itamaraty. A articulação é 'costurada' pela Sepror (Secretaria de Estado da Produção Rural) para comercializar mundialmente o produto, consonante à determinação do governador Omar Aziz em ampliar as oportunidades de renda aos produtores rurais.

Como se deu a parceria para o lançamento do bacalhau da Amazônia?

Eron Bezerra – Eu estive em Brasília para participar da reunião da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e fui apresentado ao ministro Milton Rondó Filho, coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que também cuida da divulgação de produtos estratégicos do Brasil. Enviei para ele uma caixa de bacalhau e o ministro ficou tão impressionado, que agendou conosco o lançamento sob os auspícios do MRE, com a

presença de todos os embaixadores que atuam em Brasília.

Qual a expectativa desta articulação?

EB – Queremos expandir o mercado do bacalhau produzido no Amazonas. É um desafio para nós, mas poderemos ano que vem já fornecer o produto para outros países. Queremos enviar bacalhau da Amazônia até para a Noruega.

Qual a impressão do MRE acerca do Bacalhau da Amazônia?

EB – O ministro ficou bastante impressionado com a qualidade do nosso bacalhau. Tanto que acertamos a apresentação do bacalhau da Amazônia aos estrangeiros. Iremos efetuar o cadastro do produto junto ao ministério ainda esta semana.

E sobre as negociações?

EB – Nós nos colocamos à disposição para que a FAO comprasse peixe da nossa região. O peixe seco é bom porque, diferente do bacalhau, pode ser facilmente manejado, não estraga e acaba diminuindo o custo com a logística.



Secretário
Eron Bezerra,
da Sepror

Indústria do PIM demite e freia linha de produção

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

A concorrência com os produtos importados levou duas das maiores fabricantes de condicionadores de ar, no Polo Industrial de Manaus (PIM), a demitir mais de 300 trabalhadores nesta semana. As dispensas ocorreram nas empresas Electrolux e Whirlpool, que reduziram o quadro funcional e chegaram a diminuir a produção do equipamento nas unidades fabris locais, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas.

De acordo com o presidente do sindicato, Valdemir Santana, durante a semana passada, representantes das duas empresas estiveram em reuniões com os dirigentes sindicais e comunicaram as demissões, por conta da baixa demanda pelos produtos fabricados em Manaus. "A justificativa que nos foi dada é de que a importação de condicionadores de ar está em alta, situação que tem comprometido a produtividade das indústrias amazonenses. Por conta disso, a Electrolux informou que demitiria 100 funcionários, enquanto a Whirlpool dispensaria 50 colaboradores", informou.

Com relação à competitividade desleal, o dirigente informou que medidas devem ser tomadas para garantir a empregabilidade em território amazonense, já que não é de hoje que a importação desenfreada afeta não só o PIM, mas toda a indústria nacional. Santana acrescentou ainda que, por enquanto, o Sindicato dos Metalúrgicos vai aguardar um posicionamento do governo federal sobre o assunto para saber que medida deverá tomar quanto às dispensas.

Já o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, disse que os "cortes" foram de temporários.



Concorrência com produtos importados tem afetado produção de condicionadores de ar dos tipos split e janelas nas indústrias no parque fabril de Manaus

Quantidade dispensada é maior

Embora o Sindicato dos Metalúrgicos aponte que apenas 150 trabalhadores foram dispensados, funcionários da Electrolux, que preferiram não se identificar, garantem que o número de demitidos na empresa é bem maior. "Na última segunda-feira, a Electrolux demitiu 300 funcionários, devido à baixa demanda

por condicionadores de ar, o que ocasionou na suspensão de operação em duas das linhas de produção em Manaus", relatou.

Temporária
Ainda sobre a suspensão da fabricação de condicionadores de ar, um colaborador ressaltou também que a "parada" da Electrolux ocor-

reu nas linhas que industrializavam condicionadores de ar do tipo janela e split e deve durar até o mês de agosto. "A atividades nessas linhas foram suspensas por cinco meses, porém os demitidos deverão ser chamados quando as atividades foram retomadas. Foi a garantia dada aos dispensados", relatou o funcionário.

Demanda enfraquecida

A Electrolux não se posicionou sobre a quantidade de trabalhadores demitidos, mas informou, por meio de nota, que o segmento de condicionadores de ar foi impactado pela redução na demanda, principalmente em função das condições climáticas desfavoráveis. A empresa frisou, ainda, que, adicio-

nalmente, os fabricantes locais foram negativamente afetados pelo alto nível de importação. A empresa comunicou que está ajustando a sua produção e aguarda a recuperação do segmento.

O EM TEMPO entrou em contato com a assessoria da Whirlpool, mas, até o fechamento desta edição,

STJ

Vendas internas incentivadas

Consideradas como exportações, as vendas feitas por empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM) dentro do modelo são isentas da contribuição ao PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). A decisão foi tomada de forma unânime pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso interposto pela fazenda nacional contra a Samsung do Brasil Ltda.

A fazenda pretendia cobrar as contribuições da Samsung por vendas a outra empresa também situada na ZFM. Para o Fisco, a compra de bens produzidos na zona franca

por outra empresa também lá localizada não seria coberta pelo artigo 4º do decreto-lei 288/67, que regula a isenção fiscal em Manaus.

Ao interpretar o referido dispositivo legal, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) decidiu que as vendas realizadas por empresas sediadas na ZFM a outras situadas no mesmo local equiparam-se à exportação. Por isso, gozam do benefício fiscal de isenção do PIS e da Cofins. Com esse entendimento, o tribunal negou a apelação fazendária.

No recurso ao STJ, a fazenda insistiu na tese de ofensa do artigo 4º do DL 288/67, pois o dispositivo legal só se

referiria a exportações para a ZFM. Argumentou que, no caso, não houve exportação, mas sim circulação interna de mercadorias.

Em seu voto, o relator do processo, ministro Castro Meira, admitiu o recurso apenas sobre a questão do artigo 4º do DL 288/67. O ministro também não considerou a suposta violação à Constituição, afirmando que o tema deveria ser tratado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Jurisprudência farta

O ministro Castro Meira destacou que a venda de mercadorias nacionais para a ZFM foi equiparada às exportações. A Constituição

Federal, no artigo 149, confere à União capacidade exclusiva de instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, como instrumento de sua atuação. Além disso, as legislações infraconstitucionais da Cofins (lei complementar 70/91) e do PIS (Lei 10.637/02) mantiveram as isenções em relação à zona franca. A jurisprudência da corte seria farta nesse sentido.

O caso, reconheceu o ministro, não seria idêntico aos precedentes julgados pelo STJ, pois a venda ocorreu dentro da mesma área de isenção. Entretanto, ele afirmou que seria perfeitamente cabível manter os incentivos fiscais.

INDÚSTRIA

Ministério consulta sobre novos processos produtivos

Novas produções estão previstas para o Polo Industrial de Manaus (PIM), entre componentes para veículos, elevadores e concentrados de adoçantes. Para assegurar essas empreitadas, cinco Processos Produtivos Básicos (PPBs) foram abertos para consulta pública pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Os interessados poderão se manifestar, até o próximo dia 27, sobre as regras para fabricação de tubo de aço dobrado para suporte de pneumático sobressalente de veículos; tacha e tachões rodoviários de retrorreflexão; elevador, transelevador e monta-cargas; concentrados para adoçantes dietéticos e lights e filme de proteção e privacidade para monitores.

As manifestações podem ser enviadas pelo e-mail cgice@mdic.gov.br. A íntegra das consultas foram publicadas, na última terça-feira, no

Diário Oficial da União.

Constam, ainda, outros três documentos (nº 3, nº 4 e nº 9), que tratam da alteração dos PPBs de produtos que já são industrializados no PIM, mas precisam ser atualizados. Nesse caso, serão alterados os

CONTRIBUIÇÃO

Manifestações sobre PPBs podem ser enviadas por e-mail para cgice@mdic.gov.br.

A íntegra das consultas foram publicadas, na última terça-feira, no Diário Oficial da União

processos produtivos básicos, como garrafas térmicas, jogos cartonados, produtos do setor gráfico, capa e contracapa para DVD, impresso publicitário, catálogos, livro, formulário em bloco tipo "manifold" e caixa e cartonagem dobráveis, de papel ou cartão.

Jander Vieira

Acordo

A Moto Honda da Amazônia e a Unimed Manaus renovaram contrato de prestação de serviço. O acordo prevê o atendimento a mais de 25 mil vidas da maior fabricante de motocicletas do pólo de duas rodas do Distrito Industrial de Manaus. A parceria entre as duas empresas já dura décadas.

Vendas internas estão livres de PIS e Cofins na Zona Franca

▼ Decisão é do STJ, que equiparou embarques das companhias às exportações

TEXTO Agência Brasil

MANAUS

As vendas internas feitas pelas empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM) estão isentas de pagar o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O benefício foi concedido pela 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que equiparou os embarques feitos pelas companhias às exportações, em processo movido pela Fazenda Nacional contra a Samsung do Brasil Ltda.

A decisão da corte foi unânime. Os ministros julgaram

um recurso da Fazenda Nacional que queria cobrar os tributos da Samsung, localizada na Zona Franca. Ao analisar o caso, o ministro relator do processo, Castro Meira, “entendeu que a interpretação do artigo 4º do Decreto-Lei nº 288, de 1967, não deve ser restritiva, como pretende a União [por meio da Fazenda Nacional]. O dispositivo equipara a tributação das entradas de produtos na Zona Franca à das exportações”.

A Fazenda entendia que o artigo se referia apenas a exportações de outros Estados para a Zona Franca. Nesse caso, argumentava que, na comercialização de produtos da Samsung, a outra empresa lo-

calizada na região deveria ser classificada como circulação interna de mercadorias, e não exportação.

Segundo a decisão do ministro, a interpretação dada pela Fazenda não é compatível com o objetivo do decreto-lei que regulamentou a ZFM. “Se era pretensão do go-

OS NÚMEROS

1967

▼ **É deste ano o Decreto-Lei** cuja interpretação, segundo o STJ, não deve ser restritiva, como pretende a União ao cobrar o PIS e a Cofins.

verno atrair o maior número de indústrias para a região e, conseqüentemente, criar postos de trabalho, gerar renda, atrair mão de obra, garantir a ocupação e o desenvolvimento econômico da área, reduzindo a dependência dos produtos importados, não é razoável concluir que o dispositivo tenha almejado beneficiar, tão somente, empresas situadas fora da ZFM”, afirmou em nota.

Ele ainda destacou que o caso não seria idêntico aos precedentes julgados pelo STJ, visto que a venda ocorreu dentro da “mesma área de isenção”. Com isso, é “perfeitamente cabível” manter os incentivos fiscais.

CONJUNTURA

Brasil tem 2º maior nível de expectativa de empregos do mundo, mostra ranking

O Brasil aparece em segundo lugar no ranking dos países com maior perspectiva de aumento de emprego, elaborado pelo ManpowerGroup, segundo reportagem do jornal O Estado de S.Paulo.

Os pesquisadores consultaram 850 companhias só no Brasil e constaram “expectativa líquida de emprego” de 39% para o segundo trimestre deste ano.

Dos 41 locais pesquisadas, apenas um apresentou um percentual maior que o Brasil: a Índia (48%).